



## HAITI

# Guerra civil está a provocar catástrofe humanitária

O Haiti está a enfrentar uma guerra civil, com a polícia a combater grupos criminosos organizados que dominam grande parte do território. A situação está a provocar uma grave crise humanitária, com 4,3 milhões de pessoas com fome, 1,4 milhões delas no limite da sobrevivência. Já há apelos à intervenção internacional

Ricardo Santos Ferreira  
rsferreira@medianove.com

O Haiti já está numa situação de guerra civil, segundo a generalidade das definições, que assim consideram quando se registam confrontos violentos dentro de um país pelo controlo do poder. Em Port-au-Prince e nas comunidades que rodeiam a cidade, a Polícia Nacional com-

bate porta a porta os gangues que dominam grande parte do território - incluindo mais de 80% da capital - e também há registo da atividade de milícias populares a oporem-se aos grupos criminosos organizados.

Desde a independência, o Haiti tem uma história de convulsões, pontuada por períodos de ditadura, intervenções externas, golpes de Estado e mesmo catástrofes naturais. O Banco Mundial aponta-o como o Estado mais pobre

“O Haiti é o epitome do laxismo do sistema internacional para com o crescente poder dos gangues em vários estados do chamado Sul global”, diz Tiago André Lopes

Ariel Henry, que tem atuado como primeiro-ministro, aceita deixar o poder, como exigido pelos grupos criminosos, mas só o entregará a um Conselho de Transição



RALPH TEDY EROL/REUTERS

da região da América Latina e das Caraíbas e um dos países mais pobres do mundo, com a economia em contração por cinco anos consecutivos, até 2023. Em 2022 foi o 163.º entre os 191 países do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas.

O atual período de instabilidade acentuou-se a partir de 2021 e do assassinato do então presidente, Jovenel Moise, por mercenários colombianos, Ariel Henry, que exerce interinamente o poder, apelou ao apoio da comunidade internacional para restabelecer a ordem no país, mas, na semana passada, quando se encontrava no Quênia a negociar a formação de uma força policial multinacional apoiada pela ONU, a situação agravou-se, com uma união entre os dois maiores grupos criminosos organizados - G9 e Gpep - a atacar as penitenciárias, no final de fevereiro, libertando mais de 4.700 detidos, e a tomarem o controlo do aeroporto, exigindo a demissão de Henry que, impedido de entrar no país, aceita deixar o poder se for para o entregar a um conselho presidencial de transição, que ainda não está formado.

Os Estados Unidos da América (EUA) têm acompanhado atentamente a situação, mas têm mostrado relutância em intervir. “Seria expectável uma interven-

ção se, contudo, não estivessem em curso três coisas: as primárias nos EUA, que condicionam as escolhas da Casa Branca, que não querará assumir uma postura beligerante na vizinhança que possa custar votos da importante comunidade latina; por outro lado, os EUA gostariam de ver operacionalizada a ideia da Comunidade Caribenha (CARICOM) de criar uma Missão Multinacional de Apoio à Segurança do Estado do Haiti que permitisse dividir os custos políticos e económicos de uma intervenção; e a tudo isto soma-se ainda uma vontade de vários membros não permanentes do Conselho de Segurança da ONU de adotarem uma posição conjunta que permita recapitalizar esta instituição, cuja credibilidade foi abalada pelas guerras na Ucrânia e em Gaza”, diz ao NOVO Tiago André Lopes, professor de Diplomacia e Relações Internacionais da Universidade Portucalense.

Uma intervenção internacional não é consensual no país e os gangues não aceitam uma missão da ONU, por considerarem que pode ser uma forma de permitir “a ação sem regras e sem limites de Washington na região”, diz Tiago André Lopes.

“Apesar de ser possível, seria mais fácil que a ação fosse dividida em dois níveis. O Conselho de Segurança deveria focar-se em auxiliar na conclusão da composição do Conselho de Transição, do qual já se conhecem oito de nove pessoas a indagar, porque, sem as nove pessoas, o conselho não entrará em funções e isso aumenta o grau de penetração dos gangues no aparelho do Estado”, aponta, sublinhando que “a ação de cariz militar e ou securitário deveria ficar ou nas mãos da CARICOM, ou nas mãos da Organização de Estados Americanos, de modo a enviar um contingente mais habituado às especificidades da região”.

O problema é que o tempo urge e multiplicam-se as vozes a insistirem numa intervenção urgente, porque à guerra civil se junta uma grave crise humanitária, com 4,3 milhões dos 11,6 milhões de habitantes do Haiti - mais de um terço da população - a enfrentarem uma aguda falta de alimentos, enquanto 1,4 milhões estão à beira da fome extrema, de acordo com os dados das organizações humanitárias. Desde o início do ano, a crise obrigou a que 35 mil pessoas fossem deslocadas.